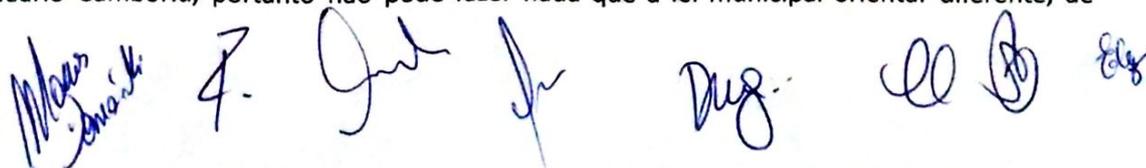
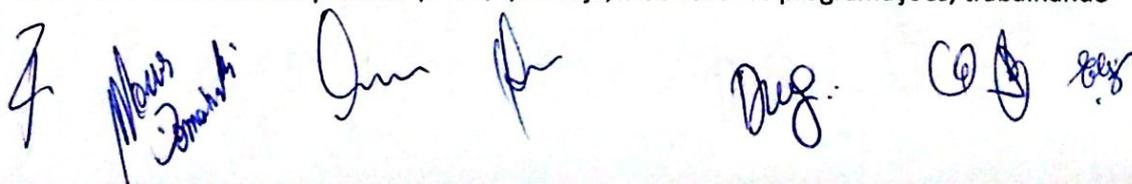


ATA Nº 08/2019 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos oito dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos, na Rua 1822, número 1510, neste município os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros Gestão 2019-2021:** Andressa Bertiel Willeke Hadad (Titular/Secretaria de Saúde); Suzany Olibone (Titular/Secretaria de Saúde); Gustavo Ramalho Bisi (Titular/Secretaria de Saúde); Kaita Helen Testoni (Titular/Hospital Municipal Ruth Cardoso); Otávio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Wilson Reginatto Junior (Titular/Associação Amor pra Down); Karina Gonçalves dos Passos (Titular/Associação PAIS); Andréa Marcelino (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Marcos Domainski (Titular/Comunidade Terapêutica Viver Livre); Henrique Manoel Alves (Titular/OAB - 15ª Subseção); Dineusa Aparecida Souza (Titular/NUCRESS - Vale do Itajaí); Cinira Gomes (Titular/CREFITO 10ª Região); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12ª Região); Débora Guimarães (Titular/Conselho Regional de Nutricionistas - CRN10). Contando com a presença de **outros representantes:** Victor Moreira Lopes (Sec. Saúde); Luciane da Costa (Atenção Básica); Fabiano do Prado (SAMU); Jacqueline Elizete Rutzen (Farmácia da Região Sul); Andrea B. S. Bittencourt (SSSM); Ilva (Sec. de Saúde); Monalisa Lunardelli (CAPS). A reunião inicia-se às treze horas e quarenta e quatro minutos. Henrique faz uso da palavra e diz ter verificado que a condução do processo estaria a cargo de comissão eleitoral formada a partir da reunião ordinária do COMUS - o conselheiro questiona se a comissão realmente foi organizada e se houve, o motivo de não ter sabido a respeito. Quanto a situação indicada no artigo 12º, parágrafo 1º, onde pontua-se que as chapas teriam o tempo de cinco minutos para apresentação de seus membros e propostas, mas nada consta sobre fala da secretária de Saúde, o que caracterizou, segundo ele, vício de procedimento. Gustavo afirma que o direito de impugnar existe, mas diz que é preciso ser verificado possível prejuízo. Uma das conselheiras sugere que, para verificar o fato, seja entregue ofício à presidência do COMUS, a fim de haver interpretação única e sem tendências. Otávio observa que não ter identificado direcionamento de fala para uma das chapas, mas tão somente ruptura do rito apresentado no edital. Gustavo sugere que, por uma questão procedimental, e em respeito às requisições, sejam registrados os apontamentos de Henrique em ata e o COMUS irá apreciar se houve prejuízo ou não ao rito. Suzany pontua que na reunião da eleição era previsto que a secretária falasse no início desta, mas foi solicitado que a fala ocorresse depois. Andressa deixa claro que sua fala foi enquanto Secretária de Saúde e no que diz respeito aos questionamentos, devem ser colocados à presidente para ser verificado. Andressa adverte que a pauta da presente reunião é para discussão do Plano Municipal de Saúde e lembra que no dia da reunião, Henrique saiu antes do término, de modo que poderia ter permanecido e falado a respeito. Henrique diz que o posicionamento deve ser feito depois da reunião. Suzany questiona a colocação do conselheiro e diz que na plenária é possível falar a qualquer momento. Andressa assinala que, de qualquer modo, a pauta do dia não é para discussão do assunto apresentado, mas do Plano Municipal de Saúde e todo e qualquer questionamento pode ser direcionado à Comissão avaliar. Henrique afirma que não há necessidade de discussão a respeito, pois trouxe os apontamentos para somente constar em ata sua manifestação. É solicitada a presença da diretora da Casa dos Conselhos à reunião, a qual é questionada se há algo que ela gostaria de esclarecer a respeito da condução do processo de eleição e Ketlin então declara que a responsabilidade da parte da Casa dos Conselhos era a verificação da documentação e organização das cédulas de votação, porém a condução do processo de eleição da mesa diretora era de responsabilidade do então presidente Celso. Ketlin lembra ainda que recebeu a documentação das duas chapas inscritas, apurou não haver nenhum impeditivo das chapas e as apresentou ao presidente. A diretora ressalta que o regimento interno está defasado e relata que não existe em nenhum outro conselho o edital de eleição para mesa diretora, pois os conselheiros elegem entre si o presidente, vice-presidente, secretário e vice-secretário. Ketlin diz também que, se fosse para seguir o rito, deveria ser respeitada a paridade que determina o Conselho Nacional de Saúde, tendo a composição na chapa de cinquenta por cento de representantes de usuários, vinte cinco por cento de representantes governamentais e vinte e cinco por cento de representantes de trabalhadores da área da saúde, requisito não atendido por nenhuma das chapas. A diretora diz também que a nível nacional é assim, mas não está na Lei do Conselho Municipal de Saúde de Balneário Camboriú, portanto não pode fazer nada que a lei municipal orientar diferente, de

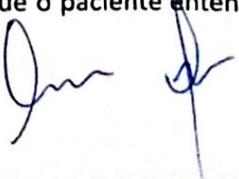


modo que respeitou-se a legislação vigente. **Segue-se à discussão da pauta.** Andreia pede que, como havia sido pactuado em reunião anterior, sejam lidas somente as anotações e não o conteúdo de todo o Plano. Andreia apresenta Ilva, coordenadora de Estratégia e Saúde da Família no município. Otávio faz uso da palavra e diz não haver propostas em nenhum momento no Plano apresentado, mas relatório do que foi feito. Andreia então cita o **item N. 08, que fala dos compromissos** e declara que o Plano traz um relatório da condição das atividades que existem na Secretaria de Saúde e baseado na leitura deste, serão feitas retrospectiva das ações. Andreia exemplifica que no **item N. 08** consta sobre aumentar a cobertura da Atenção Básica. Otávio toma a palavra e questiona como isso seria feito e diz que não há cronograma. Andreia prossegue na fala, explicando que os compromissos descritos no Plano são intenções de trabalho, e ano a ano são pactuados sobre as programações orçamentárias. Otávio questiona sobre a falta de detalhamento e diz que o documento deveria conter metas claras. Andreia esclarece que o detalhamento das atividades irá ocorrer na Programação Anual de Saúde e destaca que o Plano não é algo estático, pois as ações mais pontuais serão discutidas no Plano Anual. Claudemir coloca em questão sobre os casos de necessidade de mais recursos para realizar determinada ação e Andreia diz que para tanto, seria necessário utilizar recursos municipais ou buscar outras formas de aquisição de recursos como emenda suplementar e mesmo a partir de outras propostas do governo, que vão surgindo no decorrer do período. Henrique diz que os conselheiros irão assinar um Plano, onde não conseguem alterar a verba anterior (referindo-se ao ano de dois mil e dezoito). Andreia ressalta que o Plano Municipal é um levantamento de dados, enquanto diagnóstico, de maneira que, com base em seu bojo, serão construídas ações e colocadas em prática outras já pactuadas com o governo. Henrique afirma que não há assinatura do Plano com ressalva e Andreia diz esclarece não ser possível alterar os dados dos anos anteriores. É questionado a proposta de solução do fato para o Henrique, o qual propõe assinatura com ressalva para não responder pelos anos anteriores à atual gestão que ele participa. Andreia elucida que o Relatório Anual de Gestão é que vai explicitar o que foi executado e lembra que ainda não consegue acessar o relatório do ano de dois mil e dezoito, por falta de instrumentos de informática. Otávio relata, quanto à falta de conhecimento da existência do atendimento de questões da população LGBT, pois desde 2011 há um comitê técnico no Conselho Nacional de Saúde, que aborda a respeito e Andreia lhe esclarece que lhe falta de conhecimento com relação à questão orçamentária e não com relação às políticas. Eliz faz destaque na **página 94** do Plano, sobre a Atenção Básica, quanto aos dados de atendimentos ambulatoriais em dois mil e dezessete, os dados apresentam vinte e dois mil, duzentos e noventa e sete casos de transtornos mentais e comportamentais. Eliz pontua não haver no Plano quanto aos dados sobre suicídio em Balneário Camboriú. Gustavo faz destaque ao Programa Abraço à Vida, implantado em âmbito municipal, que já apresenta alguns números e Eliz lembra que o Programa não consta no Plano Municipal. Dineusa esclarece que o programa citado foi criado inicialmente pela Secretaria de Assistência Social e fala que, contudo, não houve chamamento da Secretaria de Saúde, da Educação e outras. Dineusa ressalta que o Programa visa abraçar, acolher e encaminhar as pessoas atendidas; afirma ter sido entrado em contato com algumas igrejas, porém o CAPS 2 não foi consultado. A conselheira ressalta não haver técnicos suficientes para atender a demanda do Programa e não há um CAPS para adolescentes, o CAPSi. Gustavo comenta sobre projeto do PAI ser transformado em CAPSi. Dineusa comenta que no momento o Programa Abraço não consegue ser resolutivo e conta haver uma ONG que faz abordagem, mas a rede não está atuando em conjunto; a conselheira afirma que há grupo de técnicos de diversas secretarias (GERAV) no município que, em conjunto a entidades não governamentais, trabalhando essas questões das violências para criação de um protocolo. A Conselheira da Associação PAIS relata que o Programa Abraço à Vida é da Secretaria de Inclusão, criado a partir de uma demanda, diz que os casos são atendidos na ONG, tem sido feito reuniões com órgãos de atendimento sempre e afirma que o Município precisaria aumentar a quantidade de psicólogos para atender a demanda. Otávio questiona se há fila de espera para atendimento pelo Programa Abraço. Conselheira responde que sim, mas na rede de atendimento não. A presidente pede pontualidade nas perguntas e que seja dado o devido tempo para o destinatário responder. Suzany fala da presença de Victor e Monalisa, coordenadores de CAPS, bem como de Ilva, da Atenção Básica, que podem auxiliar na solução de dúvidas e contribuir na elaboração do Plano. Andreia lembra do próximo passo, qual seja, o de rever as programações, trabalhando



Handwritten signatures of council members, including names like 'Mauris Camboriú', 'Dineusa', and others.

com os Termos de Compromisso da gestão municipal. Suzany comenta sobre uma das propostas observadas na Conferência Municipal do Idoso é de que o Programa Abraço à Vida receba recursos federais e estaduais para sua ampliação. Monalisa cita que, além do Programa Abraço e explica o funcionamento e direcionamento dado com os atendimentos do CAPS. Eliz indaga se há implantação da RAPS no município. Monalisa responde que ainda não, mas que estão trabalhando para que haja, pois conta ser necessário a adesão dos outros municípios para tanto; diz ainda que se tem priorizado a atuação na Atenção Básica. Eliz destaca ser preciso a apresentação de dados com relação ao suicídio e dados do setor epidemiológico na parte citada do Plano, da **página 94**. Ainda no Eixo Atenção Básica, Eliz enfatiza que dentre as **páginas 122 a 131**, não existe descrição do tipo de atendimentos com relação à saúde mental. Gustavo faz uso da palavra acerca de quantitativos e diz que, considerando que Balneário Camboriú recebe muitas pessoas de fora, seria razoável pensar que os índices neste município sobem por conta dessa situação. Andreia realça que, os dados que possuem é de referência até o ano de dois mil e dezessete e, com o Pacto Federativo, houve um matriciamento, iniciado em duas unidades, da Atenção Básica em dois mil e dezoito e em dois mil e dezenove se está partindo para o matriciamento na terceira unidade, cujo trabalho vem evoluindo a partir das programações desde o ano passado. Eliz frisa ser indispensável um descritivo dos dados no Plano e pontuar os grupos de atendimento na Atenção Básica; a conselheira diz que se há articulação com relação à RAPS, precisa ser incluída ou então enquanto norte de implantação. Jacqueline faz uso da palavra, se apresenta enquanto representante da Farmácia da Região Sul, e declara sobre a importância de se trabalhar em conjunto; fala da articulação que acredita precisar haver entre os serviços de saúde, para melhor atender as demandas. Dineusa indaga se há previsão de ampliação e reformas das Unidades Básicas e Especializadas. Andreia responde que no Termo de Compromisso consta, porém não há orçamento para a execução, diz de levantamento feito pela Secretaria de Saúde acerca das reforma das unidades, mas para construções novas não há dinheiro disponível, mas há interesse, de modo que irá se tentar buscar recursos para a construção. Eliz diz que, após as **páginas 122 a 131**, é importante fazer um apontamento sobre a necessidade do NASF. Otávio cita a **página 113**, quanto a relação de cargos de especialidade da Secretaria de Saúde, relata não haver explicação se estão ocupados, bem como se há falta de profissionais, pois quando for cobrado o motivo dessa falta. O conselheiro cita ainda a **página 122**, quanto a análise por unidade de saúde e relata a respeito de discrepância de números. Coordenadora do CAPS AD - Monalisa informa que essa discrepância já foi identificada por Suzany e ela; comenta que será feita reavaliação dos relatórios do ano de dois mil e quatorze em diante, comunica ainda que essa verificação será apresentada com detalhes, inclusive quais filtros foram usados na apresentação dos dados, para que os conselheiros possam analisar. Otávio cita a **página 138**, sobre o CAPS 2, pontua que não consta a média de atendimento, também não há sobre quais foram as ações implementadas. Eliz cita a **página 132**, com relação à Unidade Básica Central, quando se fala sobre a mortalidade infantil e acompanhamento das mulheres no pré-natal, sugere que seja explicado no Plano o que é feito pela Atenção Básica atualmente. Otávio indica que na **página 139**, sobre o CAPS Ad, questiona sobre o número apresentado de quatro mil, duzentos e cinquenta e dois e lhe é esclarecido refere-se à soma da quantidade de procedimentos, com relação a prontuários abertos. Otávio pede correção de que essa quantia não é de atendimento por equipe, mas contagem por dia. O conselheiro segue para a **página 140**, quanto ao Centro de Diagnóstico e sugere ser indicado o registro de dados dos exames realizados no período, quais e quantos foram, indicar também se há fila de espera para os atendimentos, se for o caso, apresentar a média de espera; cita sobre o absenteísmo e questiona as medidas a que estão sendo adotadas ou as que estão planejando adotar acerca disso. Andressa afirma que todos esses dados solicitados por Otávio são muito importantes e lembra que há uma apresentação mensal do quantitativo realizado de exames, consultas e absenteísmo, de maneira que é a partir dessas tabelas que se direcionam as ações. Andressa apresenta as ações implantadas acerca do absenteísmo: além dos Centros terem horário diferenciado, há a busca ativa dos pacientes através dos ACSs, estão acontecendo ainda mutirões para avisar ao paciente sobre sua consulta, bem como o novo sistema de gestão, que está em homologação - que terá um aplicativo com fala direta ao paciente. Otávio pondera que essas informações precisam constar no Plano. Andressa concorda e prossegue dizendo que, além das ações nos Centros, diz que estão fazendo com que o paciente entenda que a primeira "porta" para o paciente é a

7.      

Atenção Básica; a conselheira apresenta dados de procedimentos, exames laboratoriais, exames de imagem e compara com os dados de atendimentos pelo Estado, cuja quantidade é bem menor. Otávio sugere que as tabelas com os dados sejam colocadas como anexo no Plano. Henrique fala sobre a contribuição pequena do Estado, segundo ele, de participação em saúde, pois o HMRC tem atendido Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Porto Belo, mas não há repasse de recursos para Balneário. Andressa concorda com o conselheiro e quando colocada essa questão ao Estado, a resposta é a de que estão verificando sobre recursos, e como trata-se de um novo governo, ainda não obtiveram resposta. Andressa afirma que nos governos anteriores, não havia previsão orçamentária e afirmavam que o município precisava trabalhar com os recursos que havia e ser parceiro do outro município. A conselheira relata ter sido implantado a Auditoria no HMRC, para ser entregue no dia onze de abril, e que será apresentada aos prefeitos e secretários de saúde, onde será pontuado que o HMRC não consegue mais atender a micro-área, continuarão com a porta aberta, mas os atendimentos serão redirecionados, por falta de condições financeiras de permanecer no formato. Wilson comenta sobre notícia do Ministério da Saúde de possível redução da obrigatoriedade dos quinze por cento de aplicação para onze. Prosseguindo nas discussões do Plano, Otávio cita a **página 141**, pede revisão no texto sobre pacientes portadores de infecção - mudar para pacientes com infecção; o conselheiro solicita constar a referência quanto à taxa de abandono do tratamento e o que está sendo feito para minorá-la. Eliz pede que seja acrescentado um parágrafo da análise dos dados epidemiológicos, do ponto de vista do crescimento de doenças sexualmente transmissíveis. Andressa menciona que atualmente se tem o perfil do ano de dois mil e treze, das pessoas que contraíram o vírus, ressalta que após o ano citado, os números melhoraram, mas hoje voltou-se ao índice daquela época. Otávio reafirma que o quadro de profissionais que faltam no Ambulatório de Especialidades e o motivo dessa falta é importante tanto para poder pleiteá-las, quanto para a população estar informada a respeito. Andreia cita que na **página 208**, quando fala das consultas especializadas, credenciadas, é importante apontar quais são. Conselheiros pedem verificação de dados quando apontadas especialidades em dois momentos e contradizentes quantitativamente. Andressa esclarece que há especialidades referentes ao idoso e outra sobre adulto jovem (como dermatologia geriátrica e dermatologia normal, por exemplo), de maneira que pode estar faltando no Plano essa identificação. Otávio ressalta outras questões faltantes: a quantidade de atendimentos por mês no CEFIR, a situação da fila de espera; quanto ao NAM e NAI, fazer o comparativo de quantos atendimentos são feitos no Núcleo e ao mesmo tempo quantos feitos nas Unidades. Eliz faz apontamentos com relação ao PAI, da **página 150** e sugere acrescentar um parágrafo sobre dados e problemática do CAPSi. Claudemir diz do atendimento da ponta, de maneira a se pensar o profissional, para além das capacitações, mas das próprias condições do trabalho. Nada mais havendo a tratar, a presidente Suzany encerra a reunião e eu, Francielly Raquel Domingues Vianna, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais. \

